

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 084/2011

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2010 A AGO/2011			R\$ Milhares
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	476.741	1.636	478.377	
Pessoal Ativo	354.374	1.276	355.650	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	1	0	1	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0	
Demais despesas com Pessoal Ativo	354.374	1.276	355.649	
Pessoal Inativo e Pensionistas	122.367	360	122.727	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0	
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	122.367	360	122.727	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0	
(-)-DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	133.396	660	134.057	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	1	0	1	
Despesas de Exercícios Anteriores	12.978	660	13.638	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	120.418	0	120.418	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	343.345	976	344.320	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			552.733.063	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,062118%	0,000176%	0,062294%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152620%			843.581	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144989%			801.402	

FONTE: SIAFI e SERVIÇO DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) R\$ 426.765 (Em milhares) e R\$ 12.522 (Em milhares) referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente, na UO 71103.

3) No período foi pago o valor de R\$ 410 (Em milhares) a título de Precatórios da Administração Indireta (Destques).

4) Não houve, no período de janeiro a agosto de 2011, cancelamento de RAP não processados referente ao Grupo de despesa 1.

ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
 Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
 Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno